



CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: um estudo de caso no município de Poços de Caldas, MG

Silvana A. dos SANTOS¹ ; Aline C. BETTI² ; Joana ROCHA³

RESUMO

O trabalho a ser apresentado é o resultado de uma pesquisa baseada na coleta de informações junto aos moradores do bairro rural Córrego D'antas, no município de Poços de Caldas – MG, e a consultas aos requerimentos e ofícios expedidos pela Prefeitura Municipal e pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE). A pesquisa visa compreender a situação ambiental conflituosa entre a população, a Prefeitura e o Departamento responsável pelo abastecimento de água e o tratamento de esgoto do município.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente. Conflitos Socioambientais. Poços de Caldas (MG). Estação de Tratamento de Efluentes.

INTRODUÇÃO

O bairro rural Córrego D'antas está localizado na Bacia dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo, onde se encontra o Rio Lambari, objeto de estudo do trabalho. A população inserida no local apresenta como característica a prática da agricultura e pecuária de subsistência, dependendo ativamente das atividades oriundas do uso do solo, tendo como principal fonte de renda a cultura cafeeira.

Desde 2004, o DMAE cogitava a construção de uma estação de tratamento de efluentes para tratar o esgoto gerado pela população que corresponde à maior

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Poços de Caldas. Poços de Caldas/MG - E-mail: silvana_apsantos@hotmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Poços de Caldas. Poços de Caldas /MG. E-mail: agr.betti@gmail.com

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Poços de Caldas. Poços de Caldas/MG - E-mail: joanarocha.v2380@gmail.com

parcela urbanizada do município. Sendo assim, elaborou-se um Plano Diretor do Sistema de Esgotos Sanitários de Poços de Caldas para a construção da chamada ETE I. Na ocasião, a localização determinada pela Administração do Departamento Municipal para a instalação da obra era ao lado do ponto turístico Cascata das Antas. Atualmente, a obra que ainda está em andamento, encontra-se localizada às margens do Rio Lambari nas proximidades do Bairro Córrego Dantas, o que gera grandes desconfortos à população local. No desenrolar da questão, observa-se a caracterização de um conflito socioambiental, que pode ser definido como:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26 *apud* MUNIZ, 2010).

Desse modo, a presente pesquisa pretende relatar a situação conflituosa existente entre os atores envolvidos na questão da falta do tratamento do esgoto lançado no Rio Lambari e as consequências negativas da paralisação das obras da ETE I.

MATERIAL E MÉTODOS

O desenvolvimento do trabalho se deu pela pesquisa documental dos arquivos da Câmara Municipal de Poços de Caldas, datados entre os anos de 2014 e 2015, pautados em requerimentos e ofícios solicitados ao Executivo e ao DMAE, e por meio de relatos dos moradores atingidos pelo lançamento do esgoto. A pesquisa contou também com uma visita ao bairro Córrego Dantas para averiguação *in loco* da situação relatada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população estimada de Poços de Caldas é de aproximadamente 160.000 habitantes, e de acordo com a Assessoria de Meio Ambiente do Departamento

Municipal de Água e Esgoto, cerca de 30% do esgoto gerado em Poços de Caldas é devidamente tratado.

Segundo relato do presidente da Associação de Moradores do Córrego D'antas, após iniciar o despejo de esgoto *in natura* no rio, começaram a aparecer os problemas, como o mau-cheiro e a mortandade dos peixes que ali existiam:

Moro aqui há vinte e seis anos e o problema começou desde quando canalizaram no Vale das Antas, porque antigamente soltavam o esgoto na Ponte do Osório, onde era a descarga. Conforme vinha batendo nas cachoeiras, acabava um pouco com o mau-cheiro e não contaminava tanto o rio [...] o rio, há cinco anos atrás, os pescadores pescavam ali na ponte, pegavam lambari e podiam comer. Hoje, nenhum peixe do rio pode ser alimentado dele, porque a gente não sabe o grau de contaminação que tem. Nem o gado bebe a água do rio. (J.B. Piva, 2015).

Outras reclamações foram bastante recorrentes, como por exemplo:

- A demora no andamento da obra: a razão pela qual as várias empresas licitadas não continuaram o projeto inicial.
- Quanto dinheiro foi e está sendo gasto em todo este processo.
- A presença de vetores, como insetos, que aumentaram depois do mau-cheiro.
- A falta de cobertura do atendimento básico de saúde no bairro.
- A mudança repentina na coloração da água do rio.
- A omissão de dados e informações por parte da Prefeitura Municipal e Órgãos Ambientais.

A fim de constatar a veracidade das informações prestadas pelos moradores, a equipe de pesquisa visitou a área que compreende a obra paralisada e o local onde está sendo efetuado o despejo. Desta forma, constatou-se a autenticidade das informações coletadas, uma vez que as instalações da ETE I estão abandonadas e o rio recebe diretamente o esgoto gerado pela população a montante (Figuras 1 e 2).



Figura 1: Lançamento de esgoto no Rio Lambari



Figura 2: Local de instalação da ETE I

De acordo com o requerimento protocolado pela Câmara Municipal de Poços de Caldas, registrado sob o número 62/2014, acerca dos questionamentos levantados, a Prefeitura Municipal respondeu através do ofício número 57/2014, que “a paralisação das atividades em 2012, deve-se ao fato das empresas recorrerem várias vezes à Caixa Econômica Federal, com a alegação de prejuízos financeiros as mesmas”. Ainda segundo o Órgão, a última empresa responsável pela obra foi multada pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos. Outra informação dada pela Prefeitura é a de que a pendência existente no presente momento para a retomada das obras é a aprovação da nova proposta de orçamento pela CEF. De acordo com o Órgão Municipal, não há impedimento, segundo informações da CEF, para que o DMAE faça a licitação para a contratação de novas empresas.

Em resposta ao requerimento número 46/2015, protocolado pela Câmara Municipal, o DMAE respondeu aos questionamentos através do ofício número 76/2015, que “o orçamento da Obra da ETE I foi finalizado e revisado em janeiro de 2015, e já foi encaminhado à CEF para aprovação. Assim que o orçamento for aprovado, será feito um novo processo licitatório mantendo-se as mesmas características do primeiro contrato, ou seja, Concorrência Pública”. Ainda de acordo com o Departamento, assim que a CEF aprovar o orçamento revisado da ETE I, serão iniciados novos processos licitatórios da obra por parte da Prefeitura com previsão de retomada das atividades para o início de julho do mesmo ano.

O Diretor-Presidente do DMAE, responsável pelas informações supracitadas, informa que há o empenho de vários técnicos para que a administração retome as atividades da obra o mais breve possível, sabendo-se da importância que será o

funcionamento da ETE I, tanto para o município de Poços de Caldas quanto para as demais cidades que recebem o afluente Rio Lambari.

CONCLUSÕES

Após a análise dos fatos, concluiu-se que a comunidade do Córrego D'antas sofre inúmeros prejuízos ambientais e sociais, que abrangem desde a falta de informações prestadas até o descaso com o saneamento básico.

Em pesquisa *in loco*, constatou-se a degradação do corpo hídrico, o abandono da área de construção da ETE I e o mau investimento do dinheiro público, que deveria ser empregado em benefícios à população.

Numa visão mais abrangente do caso, os resultados sugerem que a burocratização dos trâmites relacionados aos processos licitatórios e financeiros, causam grandes transtornos às partes envolvidas na questão. Sendo assim, a população impactada padece sob as condições ambientais oriundas da não conclusão da obra, o que gera incertezas sobre o futuro do Rio Lambari, colocando em risco o potencial de recuperação de suas águas e a sua utilização pela comunidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Me. Flávio Henrique Calheiros Casimiro, pela orientação e confiança na elaboração deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Thomaz Alvisi de Oliveira, pela contribuição na finalização deste trabalho.

À Câmara Municipal de Poços de Caldas, por permitir a pesquisa documental dos arquivos expedidos pelos Órgãos Públicos.

À comunidade Córrego D'antas, pelas informações prestadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Plenário Ver. José Castro de Araújo. Requerimento nº 46/2015 de 09 de fevereiro de 2015. **Pedido de informação sobre o término das obras da ETE I no Córrego D'antas.** Câmara Municipal de Poços de Caldas, 09 de fev. 2015.

BRASIL. Plenário Ver. José Castro de Araújo. Requerimento nº 62/2014 de 17 de fevereiro de 2014. **Pedido de Informação ETE Córrego D'antas**. Câmara Municipal de Poços de Caldas, 17 fev. 2014.

BRASIL. Departamento Municipal de Água e Esgoto. **Ofício nº 0076/2015-DP de 12 de março de 2015**. Ref.: Ofício nº 58/2015 – Requerimento nº 46/2015. Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, 16 de mar. 2015.

BRASIL. Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas. **Ofício nº 057/14-SMPO de 25 de março de 2014**. Ref.: Ofício 88/2014 – Requerimento nº 62/2014. Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, 01 de abr. 2014.

CAVINATTO, Vilma Maria. **Saneamento Básico: Fonte de Saúde e Bem-estar**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MUNIZ, Lenir Moraes. **Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais**. 2009. Disponível em:
<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/64/45>>.
Acesso em: 26 set. 2015.